

O povoado do Cramanchão (Cortiços, Macedo de Cavaleiros): Resultados e reflexões após a 1ª campanha (2003)

João Pedro V. TERESO
Helena BARRANHÃO
Joana RESENDE

Resumo

O povoado do Cramanchão foi alvo de uma primeira intervenção arqueológica programada no ano de 2003, no âmbito do projecto da Associação Terras Quentes. Os três sectores abertos forneceram dados relevantes, permitindo-nos ter já uma perspectiva diacrónica da ocupação da plataforma central da jazida, bem como uma avaliação do impacte causado pelas diversas acções amadoras que antecederam esta escavação. Deste modo, foi iniciada a definição de quatro compartimentos, todos de cronologia romana (Baixo império), bem como de um empedrado associado a uma estrutura de combustão. No sector A identificaram-se dois níveis de ocupação de cronologia romana e um outro enquadrável num momento pré-romano.

Apesar de estarmos numa fase inicial de investigação, parece-nos ser já possível colocar hipóteses quanto ao enquadramento deste povoado no território e nas actividades económicas usualmente associadas aos Zoelae.

Palavras-chave: Povoado, Baixo-império, Zoelae

Abstract

There are here presented the results of the first excavation at the Cramanchão settlement which took place in the year of 2003 within the project organized by the Associação Terras Quentes.

Three different areas were started, giving us already a diachronic perspective of the occupation of this site's main platform. It also allowed us to evaluate the destruction caused by the amateurs' excavations that preceded our investigation.

Four rooms of roman chronology (Low Empire) began being defined and also a pavement which is near to a fire-place. In fact, in Sector A two roman levels and one Iron age level were identified.

Although the investigation is in a starting point, it seems possible already to theorize about this settlement's place in the Zoelae territory and economy.

Keywords: Settlement, Low empire, Zoelae

1 – INTRODUÇÃO

O principal objectivo da inserção do povoado do Cramanchão no projecto Terras Quentes era o de acrescentar alguns dados ao conhecimento corrente acerca do período de ocupação romana na região de Macedo de Cavaleiros e, de uma forma mais alargada, de Trás-os-Montes Oriental.

A jazida em questão tinha já sido alvo de pequenas menções e mesmo de uma escavação por amadores, porém,urgia obter novos dados com metodologias arqueológicas adequadas.

No ano de 2003 os trabalhos foram orientados de forma a adquirir informações relevantes que permitissem delinear estratégias para uma melhor optimização de esforços e meios para os anos vindouros do projecto. Deste modo, eram três os principais objectivos desta primeira intervenção: avaliar o impacte das intervenções amadoras; compreender a diacronia das ocupações do local em questão, ou seja, ter uma percepção da estratigrafia da jazida; obter dados de áreas distintas definindo quais detêm maior potencial de informação de modo a propiciar futuros alargamentos.

De modo a cumprir estes objectivos, enveredou-se por uma pequena campanha de duas semanas na qual participaram estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa bem como estudantes locais e outros voluntários. A direcção dos referidos trabalhos esteve a cargo dos arqueólogos Carlos Mendes e João Tereso. Desta forma, a estratégia passou pela abertura de três áreas que permitiram compreender um pouco melhor a jazida em questão ao mesmo tempo que colocaram novas questões que esperamos responder nos próximos anos de projecto. Por ora estão documentadas três fases de ocupação no local, uma da Idade do Ferro e outras duas inseridas no período romano.

A metodologia utilizada segue os procedimentos definidos por Harris (1991), segundos os quais a Unidade Estratigráfica (UE) é a unidade básica de registo, traduzida em depósitos, estruturas negativas, estruturas positivas e interfaces. Estas foram removidas, em cada sector, pela ordem inversa à da sua deposição.

2 - LOCALIZAÇÃO

O povoado do Cramanchão localiza-se administrativamente na Freguesia dos Cortiços, no Concelho de Macedo de Cavaleiros, num local pertença de António Bernardino Ferreira, alugado por 7 anos (desde 10 de Abril de 2002) ao Sr. Bernardo Patrício.

Apesar do topónimo Cramanchão estar presente de forma generalizada nas escassas referências bibliográficas existentes, outros topónimos aparecem associados a este mesmo local, são eles Vale Mourão, Quinta de Vale Mourão e, de forma recorrente entre a população local, Caramanchões.

Trata-se de uma pequena elevação sobranceira à Ribeira do Carvalhal, afluente do Tua. Apresenta-se-nos, hoje, afectada pela actividade de uma pedreira e pela construção do caminho-de-ferro, a Oeste e a Sul, respectivamente. Apesar de parcialmente destruídos, é evidente o carácter abrupto dos declives a Oeste (onde se encontra delimitada pela ribeira de Vale Mourão), e a Sul (onde corre a Ribeira do Carvalhal). Tanto a Norte como a Este (em especial a Nordeste) os limites da elevação são suaves. A área intervencionada na primeira campanha localiza-se numa plataforma aplanada com uma ligeira pendente para Sul. Trata-se, parece-nos, da área com melhores condições de habitabilidade e de construção.

Deste modo, o Cramanchão, apesar de não deter especiais condições naturais de defesa (não existindo, de facto, evidências da qualquer preocupação defensiva) não é também completamente vulnerável.

3 - HISTÓRIA DE UM SÍTIO: REFLEXÕES ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE A ARQUEOLOGIA E A POPULAÇÃO

O sítio do Cramanchão tinha já sido alvo de diversas e curtas menções sintetizadas por Sande Lemos na sua tese de doutoramento (1993b, p.186-187).

O referido autor menciona os alinhamentos de muros visíveis no local e o material romano que se vislumbra à superfície. Refere inclusive a aparente ausência de estruturas defensivas, ao mesmo tempo que classifica a jazida como “povoado romano” (Lemos, 1993b: p. 187), denominação correspondente a povoados abertos, rurais, com consideráveis áreas de

dispersão de materiais incluindo cerâmica de importação e estelas funerárias de indígenas (Lemos, 1993: p. 405). Estes povoados podem ter dimensões e origens várias, essencialmente derivando de comunidades indígenas que se instalariam assim em terrenos próprios para trabalhos agrícolas. A sua fundação corresponderia, genericamente, ao tempo dos Flávios, num momento de estabilidade.

Foram, no entanto, alguns populares interessados em arqueologia que efectuaram as primeiras incursões no local, numa procura entusiasta por vestígios do passado. Foram eles os Srs. Luís, Bernardo e Alexandre Patrício e o Dr. Ramiro. Foram cedidas por Bernardo Patrício, membro fundador da Associação Terras Quentes, as notas e fotografias de campo, tendo também nos facultado o acesso aos materiais exumados (que posteriormente nos foram cedidos). Esteve, de igual modo, presente aquando dos trabalhos de campo, fornecendo-nos informações de extrema utilidade. Os dados seguintes estão contidos nas notas de campo acima mencionadas.

Por volta de 1980, e depois, em 1986, 1989 e 1990, as pessoas acima mencionadas começaram a pesquisar no local fazendo recolhas de superfície, aproveitando o facto de, por ocasião de um incêndio, um tractor ter revolvido algumas terras. Nestas primeiras abordagens encontraram pesos de tear de barro e pedra, mós e escória, contudo, não efectuaram qualquer escavação.

Em Agosto de 1990, após montarem um sistema de quadriculagem, tentando reproduzir os procedimentos de uma escavação arqueológica na qual tinham participado como voluntários, cavaram no seu Quadrado F10 (entre os actuais sectores A e B), tendo encontrado uma sepultura. Nessa sepultura recolheram uma caveira, dentes humanos, um brinco, um botão,



alfinete e agulha. A sepultura é constituída por lajes pétreas verticais a delimitar o espaço e 2 outras a servir de tampa. Os esboços existentes são de difícil percepção.

Contudo, os apontamentos referentes a Abril de 1993, referem que Bernardo Patrício escavou no quadrado F11 tendo recolhido um dente e “vidro verde”. Nesse mesmo ponto detectaram duas lajes que levantaram, tendo como resultado, de acordo com as notas de campo, a recolha de fauna, um dente de marfim e cerâmica. Surgiu também uma parede. Voltaram a colocar as lajes no sítio de onde as haviam retirado, cobrindo o local com terra.

Figura 3 – Segunda sepultura das intervenções amadoras

Notamos, no entanto, pelo registo fotográfico que nos foi cedido, que dever-se-á tratar de mais uma sepultura. Esta não foi identificada como tal visto não terem sido detectadas ossadas.

Em Agosto escavaram nas quadriculas H15 e 16 onde detectaram, para além de um movente e um dormente, estruturas de paredes e uma soleira de porta. Corresponde ao actual Sector C.

As campanhas duravam poucos dias. Os materiais que resultaram dessas intervenções são numerosos e detêm grande variabilidade, salientando-se alguns numismas que permitiram leituras.

No Verão de 2000 Bernardo Patrício deu a conhecer esta jazida e o teor dos seus trabalhos ao arqueólogo Carlos Mendes que então visitou o local. Posteriormente surgiria o projecto Terras Quentes que previa intervenções continuadas no local. De qualquer modo, não deixa de ser pertinente reflectir acerca da história deste sítio arqueológico.

De facto, há que equacionar o peso que o interesse de amadores e curiosos tem para a investigação em arqueologia, e ao mesmo tempo, as formas ideais para fazer com que esse interesse não seja prejudicial para o património arqueológico, isto é, como educar e informar a população.

Na verdade, invés de condenar a acção dos amadores que efectuaram os trabalhos intrusivos no Cramanchão há que perceber que estes foram movidos por interesse e por um grande amor à sua terra e ao seu património (note-se o paradoxo, não consciente, dos actantes). É, apesar de tudo, uma atitude de louvar, tanto mais quanto, quando informados de que não deveriam efectuar os trabalhos eles próprios, logo se esforçaram por procurar quem tivesse autoridade e capacidade para os substituir.

A arqueologia é uma actividade que frequentemente suscita muito fascínio e mesmo paixão, mas que só raramente é apresentada como uma ciência. O trabalho minucioso é o elemento que usualmente caracteriza, para os populares, esta ciência. A razão dessa minúcia não é referida. Um dos princípios básicos da Arqueologia, a estratigrafia, permanece desconhecido.

Existe uma grande necessidade de educação e informação. Esta deverá ser a concretização de uma obrigação social e mesmo moral de divulgação do conhecimento. Saliente-se que esse conhecimento bem como quase toda a actividade científica resulta de um investimento público, logo, suportado financeiramente por toda a população activa.

Acrescente-se, ainda que, quanto a nós, uma formação científica sem divulgação, bem como uma intervenção num sítio arqueológico sem que a comunidade usufrua ao máximo desta, trata-se de uma realidade desprovida de sentido e mesmo de justiça.

Não queremos no entanto, deixar de referir os riscos inerentes à divulgação de dados arqueológicos. De facto, existe, de forma legítima, entre este grupo profissional algum receio em relação aos efeitos da divulgação dos trabalhos arqueológicos. Tal receio deve-se aos inúmeros casos de actos de vandalismo (talvez nem sempre movidos por ignorância) que tantos danos causaram a determinadas jazidas arqueológicas. Veja-se o exemplo do Penedo do Lexim, em Mafra (Sousa, 2000).

A transmissão da informação e a própria afirmação da prioridade da intervenção para o arqueólogo invés do curioso e amador contém em si, e no ponto de vista do amador, um acto de presunção.

Deste modo, consideramos que a melhor forma de conseguir uma harmonia entre divulgação e protecção patrimonial é através de uma maior interacção com a população tornando possível a participação desta no trabalho científico.

Assim, apesar da existência de inúmeros riscos, parece-nos que a divulgação é um meio fundamental para conseguir uma eficaz protecção do património.

Os meios populares caracterizam-se pela ampla e rápida transmissão das informações. Já que a difusão será sempre efectuada, independentemente da nossa participação nesta, é necessário que sejamos a fonte dessa transmissão, pois assim contribuiremos para que a informação que circula, embora sempre corrompida, seja a mais correcta possível.

4- INTEGRAÇÃO NO MUNDO ROMANO: O TERRITÓRIO DOS ZOELAE

Sob domínio romano e com a reorganização do território peninsular, o povoado do Cramanchão, é integrado no limite meridional do território pertencente ao povo pré romano *Zoelae*, que segundo Plínio (PLIN. 3,28; Guerra, 1995, p.127) é um dos vinte e dois *populi* dos Ástures.

Apesar da ambiguidade das fontes Clássicas relativa à localização geográfica do território deste povo, hoje reconhece-se a sua presença no Nordeste Transmontano e a Ocidente de Zamora, a partir de fontes epigráficas como é o caso do *Pacto de Hospitalidade de Astorga*, celebrado em 27 d.C. (CIL II, 2633), bem como três outras inscrições que referem os *Zoelae*, oriundas de Astorga, León e El Cueto. Desta forma, é possível posicionar geograficamente este povo junto dos Ástures (Redentor, 2002, p. 28).

Jorge Alarcão (1988, p.57) localiza a *civitas Zoelarum* no extremo nordeste do actual território português, tendo como centro político-administrativo a Torre Velha de Castro de Avelãs (Bragança), local onde foi recolhida uma inscrição dedicada ao deus indígena *Aernus* (considerado o deus protector dos *Zoelae*) pelo *ordo Zoelarum*.

É de referir que são ainda conhecidas outras duas manifestações a *Aernus*, uma segunda de Castro de Avelãs e outra de Malta, Macedo de Cavaleiros, com uma localização setentrional, o que segundo o autor, marca o limite do território de influência na serra de Bornes. Integrado no *conventus Asturum*, aquando a repartição em *conventus*, o território ou área de influência dos *Zoelae* não gera concordância entre os estudiosos.

Jorge Alarcão (1988, p.57) propõe que o território dos *Zoelae* seria delimitado pelos contrafortes da Serra de Bornes e Mogadouro, seguindo o Douro Internacional, criando assim um limite oriental, sendo o rio Tuela o limite ocidental. Como fronteira setentrional a *ciuitas Zoelarum* teria a Serra de Montezinho.

A partir da revisão das propostas anteriormente feitas, F. Sande Lemos (1993, p. 482-485) propõe limites mais espaçados para a *civitas Zoelarum*, limitada a Norte pela Serra da Segundera e de La Culebra, a Oriente com o rio Esla e Douro, a Sul a Serra de Bornes e da Navalheira e a Ocidente a Serra da Nogueira e rio Rabaçal.

No que diz respeito à economia dos *Zoelae*, a recollecção de frutos assumia uma grande importância. A economia da região onde se inserem os *Zoelae* é referida pelos autores clássicos. Estrabão (III 3.7) refere que “(...) os habitantes das montanhas vivem dois terços do ano de bolotas, que secam e trituram e depois moem para fazer pão, que conservam durante muito tempo (...)”. Armando Coelho da Silva (1986, p.111, 112) comprova a veracidade das afirmações a partir da recolha de inúmeros achados paleobotânicos, nomeadamente frutos carbonizados, *Quercus sp.*, em Castros como o Coto da Pena.

Estrabão (III, 3.6) refere ainda a cultura do linho, cuja produção se destinaria à confecção de vestuário já que grande parte dos guerreiros usava saiotos de linho. Já C. Plinius, em *Naturalis Historia* (XIX,10) refere ainda a exportação para a península Itálica deste mesmo produto, destinado para o fabrico de redes de caça, juntamente com outros produtos do ocidente peninsular tais como o garum, metais e lã da Salácia.

5 - A 1ª CAMPANHA

5.1 – Sector A

Nesta área foram detectadas três fases de ocupação. A fase mais antiga, somente intervencionada em 6m² deverá corresponder a um momento da Idade do Ferro. Esta cronologia aparece atestada por cerâmicas de cozeduras redutoras, algumas delas com superfícies brunidas e com sulcos horizontais. Surgiram igualmente cordões plásticos com incisões verticais. Estes componentes do conjunto artefactual são estranhos às fases romanas.

Ainda desta primeira fase de ocupação conta-se uma acumulação pétrea, cuja natureza permanece desconhecida. Esta encontra-se ainda parcialmente definida pois extravasa a área de escavação. O depósito sobre o qual terá decorrido esta fase de ocupação, bem como a estrutura que nele assenta não foram removidos nesta primeira campanha.

Também a segunda fase, já romana, foi escavada numa área muito reduzida, não se tendo detectado quaisquer vestígios de edificações ou estruturas de qualquer natureza. A presença de Terra Sigillata Hispânica Tardia (TSHT) e outros materiais ainda em estudo servem para atestar a inserção cronológica acima mencionada mas não chega para se conseguir uma avaliação mais precisa. A TSHT existente é, contudo, escassa e encontra-se muito fragmentada.

Em igual estado de conservação, a TSHT surge no nível romano mais recente (Fase 3, traduzida, para além das estruturas, no depósito superficial) em quantidades bastante mais significativas, salientando-se um motivo vegetal comum na Antiguidade Tardia, nomeadamente no século IV.

O nível de ocupação desta terceira e última fase do Sector A apresenta um empedrado constituído por pedra fincada. Cortando este, mas provavelmente contemporânea, foi definida uma fossa cheia de sedimento negro, com abundantes carvões e alguma fauna de mamíferos (ambos ainda por estudar). Trata-se de uma estrutura de combustão. Dúvidas poderiam ser suscitadas, dada a proximidade das duas sepulturas, porém não temos dados que permitam relacionar este contexto detectado na 1ª campanha com a utilização funerária do espaço contíguo.

A estrutura de piso foi parcialmente levantada de forma a permitir a sua compreensão. Os elementos pétreos, maioritariamente de xisto, encontram-se fincados na vertical.

5.2 – Sector B

Localizado a Norte do Sector A, o Sector B teve como objectivo a percepção, conjuntamente com a primeira área definida, da zona envolvente da sepultura posta a descoberto pelas intervenções clandestinas.

Removido o depósito de superfície (as UE [02] e [09], inicialmente distinguidas mas depois unidas numa relação de equivalência), foram observados dois outros depósitos. Tratava-se das UE [13] e [24]. A primeira cobria a segunda, caracterizando-se ambas pela grande abundância de elementos pétreos, detendo, porém, distintas colorações.

A remoção da UE [13] envolveu diversas dificuldades devido à sua constituição (a grande abundância de elementos pétreos, entre os quais uma soleira de porta). Tudo parecia indicar a existência de estruturas, embora a concentração pétrea não apresentasse qualquer coerência. A grande abundância de materiais arqueológicos atrasou igualmente a escavação do contexto em questão. Este depósito cobria a já referida UE [24], que permaneceu por remover, bem como a soleira da porta e um muro que lhe está associado, a UE [35]. Cobria, de igual modo, um possível piso pétreo, constituído por lajes graníticas e um outro depósito a

norte do muro acima referido, nomeadamente as UEs [37] e [38]. Este último depósito não foi intervencionado nesta primeira campanha.

A estrutura detectada é constituída por elementos pétreos (xisto) de médias dimensões, enquanto que o seu interface de destruição é bastante irregular, denotando níveis distintos de afectação. Aliás, o uso de tractor e arado (por exemplo para evitar a propagação das chamas no incêndio da década de oitenta do século XX) terá aberto sulcos, o que poderia justificar o caos de pedras existente no local bem como o grau de destruição da parede, em especial na zona imediatamente a Este da soleira.

No que diz respeito à componente artefactual recolhida no Sector B, salienta-se a abundância de cerâmica da unidade [13]. Este depósito, preservado pelos níveis superficiais, detinha cerâmica de construção em abundância e um número significativo de TSHT nas quais se salientam os fragmentos decorados, nomeadamente um exemplar de decoração vegetal, faixas quebradas acompanhadas de V, e também motivos de espinhas. Contudo, os fragmentos detêm dimensões reduzidas.

A cerâmica comum é muito abundante, surgindo formas de perfil em S e bordos exvasados. Registaram-se igualmente três fragmentos de dimensões muito reduzidas pertencentes, com grande probabilidade, a recipientes de paredes finas. Foram ainda recolhidos nos níveis superficiais alguns pregos e duas moedas num avançado estado de deterioração.

5.3 – Sector C

Como foi já referido, este sector foi aberto com o conhecimento prévio da existência de parte dos contextos que estariam por pôr a descoberto pois no local tinham já sido efectuadas escavações amadoras, após as quais os seus autores cobriram os vestígios encontrados, de modo a protegê-los. No final ficou parcialmente a descoberto uma realidade estrutural que dever-se-á desenvolver para Este, Oeste e Sul. Uma parede de orientação Oeste-Este

com uma soleira e duas paredes de orientação Sul-Norte (a Sul da primeira), talvez ambas interiores, foram postas a descoberto.

A parede [06], de orientação E-W é constituída, tal como as restantes, por elementos pétreos de xisto e granito, de médias e grandes dimensões que assentam, pelo menos em algumas zonas, na rocha-base. O interface de destruição é irregular denotando diferentes graus de afectação, estando esta parede bastante destruída na zona imediatamente a Oeste da soleira de porta aí detectada. Deve-se salientar que esta estrutura havia sido posta a descoberto, pelo menos parcialmente, aquando das intervenções intrusivas. Aparentemente esta parede continua para Oeste, não sem antes se registar uma outra parede, a UE [51], direccionada para Sul, constituindo a parede Oeste do primeiro compartimento cuja definição foi iniciada na campanha de 2003. A parede Este, UE [19] foi também colocada a descoberto, sendo menos larga mas mais bem aparelhada. Um segundo compartimento, ainda escassamente definido e não intervencionado, localiza-se a Este desta.

Num plano inicial detínhamos o depósito de topo e o sedimento colocado pelos populares, bem como as interfaces negativos (isto é, as valas) abertas por eles.

Retirados estes depósitos deparou-se-nos uma realidade plural, seccionada pela estrutura identificada e pelos cortes da área de escavação. Desta forma, identificaram-se várias sequências de UEs, abaixo das quais se detectou, em frente da soleira da porta do compartimento central da área, do lado exterior, duas manchas de argila sobre um depósito arenoso, que podem constituir o topo de um antigo piso.

Na zona a Oeste do muro [06] escavou-se um depósito argiloso, afectado pelas intervenções amadoras, com materiais cerâmicos muito abundantes e em excelente estado de conservação. Coberto por este sedimento foi detectado no último dia da campanha um recipiente inteiro. Esse recipiente, um pote com bordo exvasado e desprovido de qualquer decoração, encontrava-se encostado ao muro [51], selado por um fragmento de tegulae. Estratigraficamente, trata-se de mais um recipiente num nível de ocupação, ficando por explicar as razões pelas quais se conservou. Aparentemente o pote terá sido selado por um derrube que não o quebrou e protegido deste pelo seu posicionamento em relação ao muro.

Devido a este posicionamento e ao grau de preservação do recipiente chegou-se a colocar a hipótese da existência de um erro de registo. Equacionava-se se estávamos perante um ritual de fundação. Naturalmente, para se tratar de um ritual de fundação o recipiente teria que estar abaixo de um piso de ocupação. Este não foi detectado. Por outro lado, esse piso, talvez de terra batida, poderia ter sido destruído durante as escavações amadoras ou por outro qualquer processo pós-deposicional. Com futuros alargamentos poder-se-á compreender melhor o contexto, porém, neste momento a primeira hipótese mantém-se a mais plausível, afastando-se, embora não por completo, por ora, a possibilidade de se tratar de uma prática simbólica de qualquer natureza.

Resta então a área a Sul do muro E-W, que aparenta ser o interior de dois compartimentos, separados por uma parede de orientação S-N (UE [19]).

A Oeste da referida parede removeu-se um derrube de pedra das referidas paredes. Este cobria, por sua vez, um outro derrube, este de telha, essencialmente tegulae. Assume-se, deste modo, a usual sequência do processo de decadência de uma habitação.

Esperamos que nas futuras campanhas os depósitos de maior relevância sejam removidos, de modo a obter, assim, mais informações acerca da ocupação e evolução destas estruturas. Desde já está documentada alguma escassez de material arqueológico. A

UE [18] é uma excepção pois verificou-se neste depósito uma concentração de material cerâmico única em toda a intervenção de 2003. Salienta-se um pote alto do qual foram detectados inúmeros fragmentos, constituindo quase 50% do recipiente; e uma panela com vestígios de fogo. Foi também recolhido um fragmento de TSHT decorada com um motivo semelhante a uma “roda dentada”, porém, o estado de fragmentação não permite atingir níveis superiores de pormenorização tipológica.

6 - INTEGRAÇÃO REGIONAL: O ESPAÇO E O HOMEM, O HOMEM E O REMANESCENTE. O INICIO DE UMA HISTÓRIA.

No presente estado de investigação é ainda difícil fazer uma inserção cronológica precisa dos diversos momentos de ocupação desta jazida. A utilização deste espaço durante época romana, nomeadamente do Baixo-império (atestada pela presença de TSHT e de numismas das escavações amadoras) ter-se-á efectuado sobre uma ainda pouco caracterizada ocupação pré-romana, nomeadamente da Idade do Ferro. No momento não temos elementos que atestem a existência de uma continuidade.

No que respeita a aspectos sócio-económicos e geo-políticos, como foi já referido, o Cramanchão estaria localizado na extremidade Sul do território Zoela, sendo mesmo, até ao momento, um dos povoados mais meridionais (seguido da Terronha do Pinhovelo, castro romanizado incluído no projecto Terras Quentes), como, aliás, é apontado por Lemos (1993, p. 483). O sítio aqui apresentado, após esta primeira campanha, e analisando, mesmo que sumariamente, as evidências das intervenções clandestinas, afigura-se como um povoado com múltiplas actividades testemunhadas pela presença, com alguma abundância, de mós, pesos de tear e escória (esta nas escavações clandestinas). Os dados são ainda escassos pelo que não

contrariam, por enquanto, a classificação, embora pouco fundamentada, de “povoado romano” por parte de Lemos (1993b: p. 187). Mencionámos, no ponto 3, o que o referido investigador inclui nessa definição (trata-se, basicamente, de um povoado rural habitado por indígenas romanizados). O mesmo refere que “do ponto de vista económico respondem, provavelmente, ao aumento da procura de produtos agrícolas e pecuários, provocado pelo crescimento das cidades e outros núcleos urbanos, bem como pelo incremento da actividade mineira.” (Lemos, 1993: p. 407). Tal verificar-se-ia logo com os Flávios. Porém, muitos destes povoados terão subsistido no Baixo-império, o que parece evidente face à existência de Terra Sigillata Hispânica Tardia (Idem, Ibidem: p. 407). Já Carvalho, et al (1997, p. 127) defendem que os “Zoelas praticavam uma economia agro-silvo-pastoril [sendo] também possível que algumas manchas de povoados estivessem relacionadas com a actividade mineira”. De entre as produções desta área salienta-se, com já referimos atrás, o linho que terá assumido papel preponderante para o desenvolvimento da região e sua inserção em plenitude no mundo romano, ao ponto de se exportar este produto para Península itálica.

No que concerne ao Cramanchão são abundantes os pesos de tear recolhidos, em especial, nos trabalhos prévios a 2003, no entanto, outros aspectos são mais relevantes para esta questão. Trata-se de aspectos históricos e toponímicos. O povoado em questão localiza-se na freguesia dos Cortiços, sendo que a localidade que lhe é mais próxima é exactamente a sede da freguesia. Localmente, o termo “Cortiço” não está, aparentemente, relacionado com a apicultura. Um “Cortiço” é um recipiente de grandes dimensões relacionado com a produção de linho. Aliás a memória popular aponta a exploração de linho como actividade de extrema importância para aquela região até há cerca de 50 anos. Deste modo, o povoado do Cramanchão poderá estar relacionado exactamente com actividades de exploração, produção e comércio de linho. A integração plena deste povoado na rede de trocas comerciais parece comprovada pela presença de moeda bem como de terra sigillata e cerâmica fina. Tratam-se, porém, e por enquanto, de suposições. Futuras campanhas poderão vir a esclarecer estas e outras questões.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. 1988

O domínio romano em Portugal. Mem-Martins: Edições Europa-América.

CARVALHO, et. al. 1997

Assentamento romano fortificado da Terronha (Macedo de Cavaleiros/Bragança). *Em busca do passado 1994/1997..* Lisboa: Junta Autónoma de Estradas

HÜBNER, E. 1869 = CIL

Corpus Inscriptionum Latinarum, Vol. 2. *Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berolini: Georgium Reimerum ()

GARCIA Y BELLIDO, A. 1993

Espana y los españoles hace dos mil años según la “Geografía” de Strábon. Espasa Calpe.

GUERRA, A. 1995

Plínio-o-Velho e a Lusitânia. Lisboa: Colibri.

HARRIS, E. 1991

Principios de estratigrafia arqueológica. Barcelona: Editorial Crítica.

LEMOS, F 1993

Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental. Volume II –. Universidade do Minho. Braga.

LEMOS, F. 1993b

Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental. Volume IIa –Catálogo. Universidade do Minho. Braga.

LEMOS, F. 1993c

Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental. Volume III – Estampas. Universidade do Minho, Braga.

REDENTOR, 2002

Epigrafia romana da região de Bragança. Trabalhos de Arqueologia. 24. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

SILVA, A.C 1986

A Cultura castreja no Noroeste de Portugal. Paços de Ferreira.

SOUSA, A. C. 2000

Penedo do Lexim. Campanha 1999. Cadernos de Arqueologia de Mafra. Nº 1. Câmara Municipal de Mafra.

ANEXOS GRÁFICOS

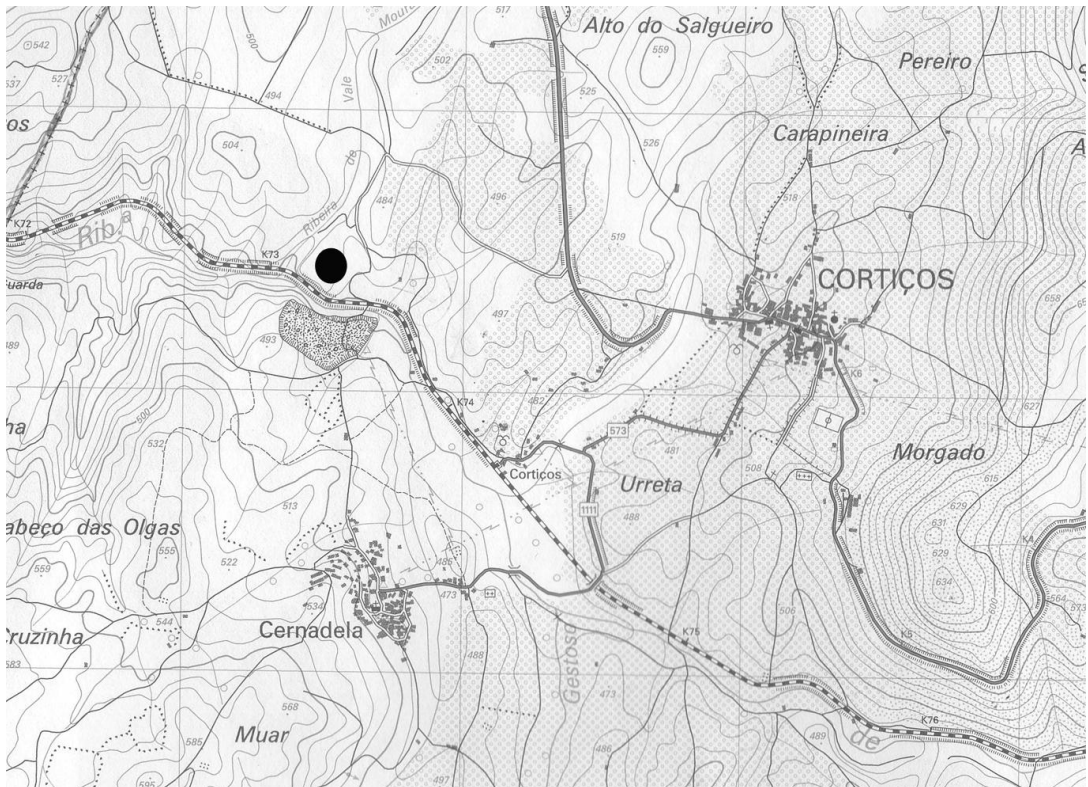


Figura 1 – Localização na Carta Militar 1: 25000, Folha 77, Cortiços (Macedo de Cavaleiros).

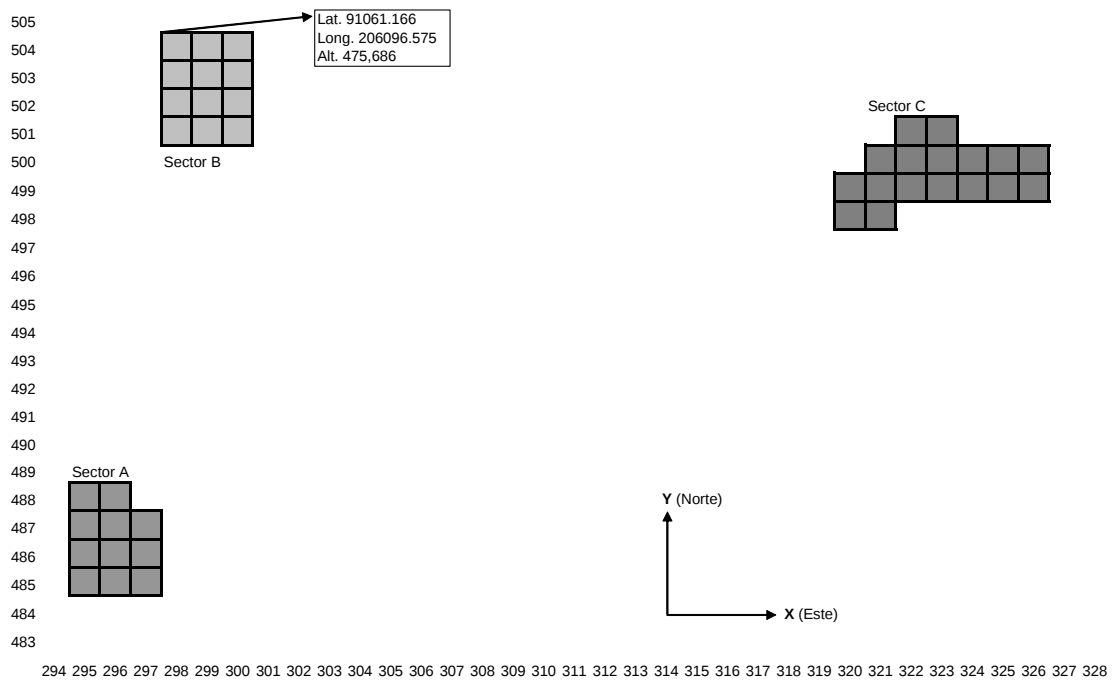


Figura 2 – Esquema de quadriculagem (métrico) da primeira campanha

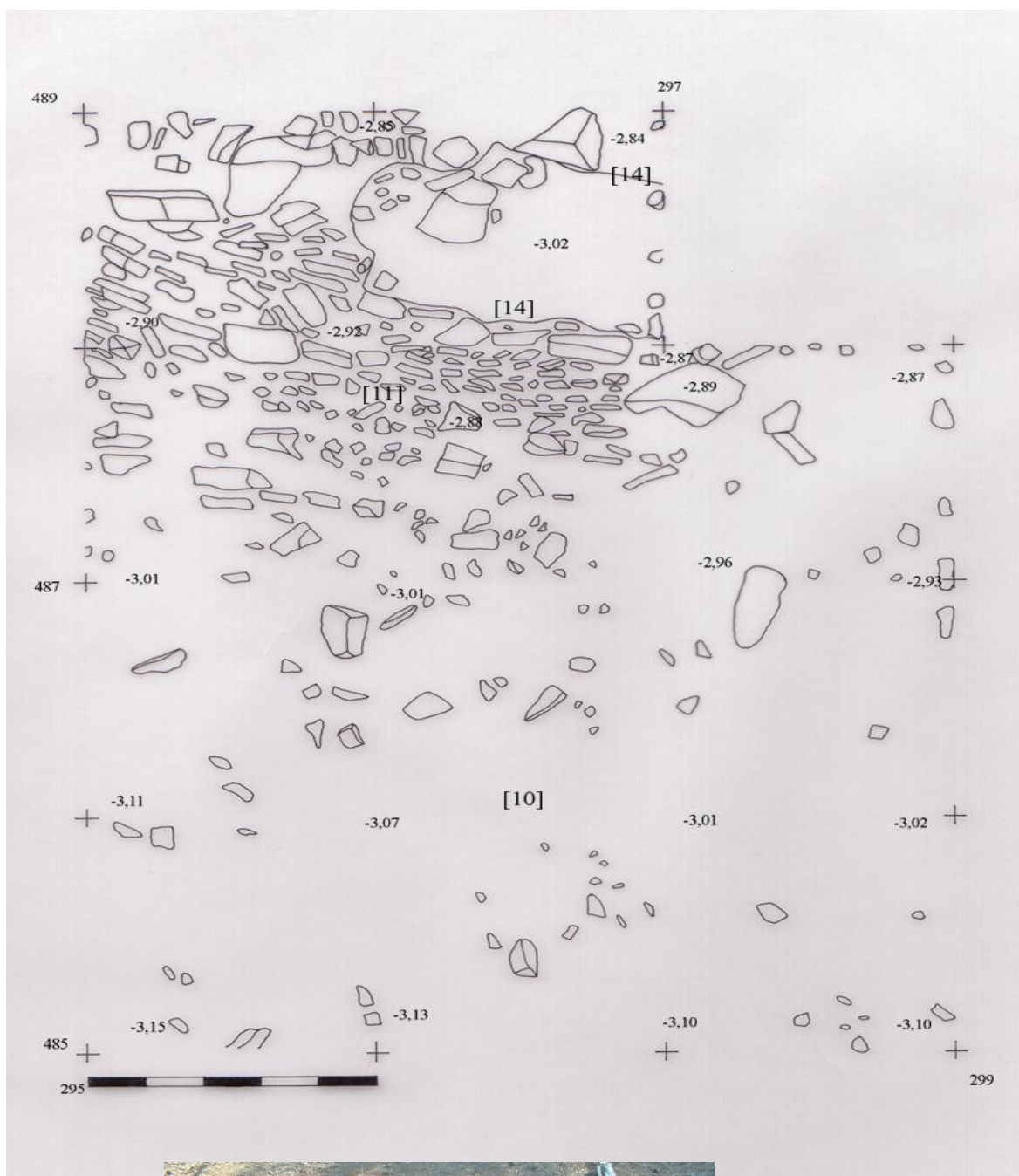


Figura 4/5 – Registo gráfico do empedrado [11] e estrutura negativa (de combustão) [14]. A escala mede um metro.

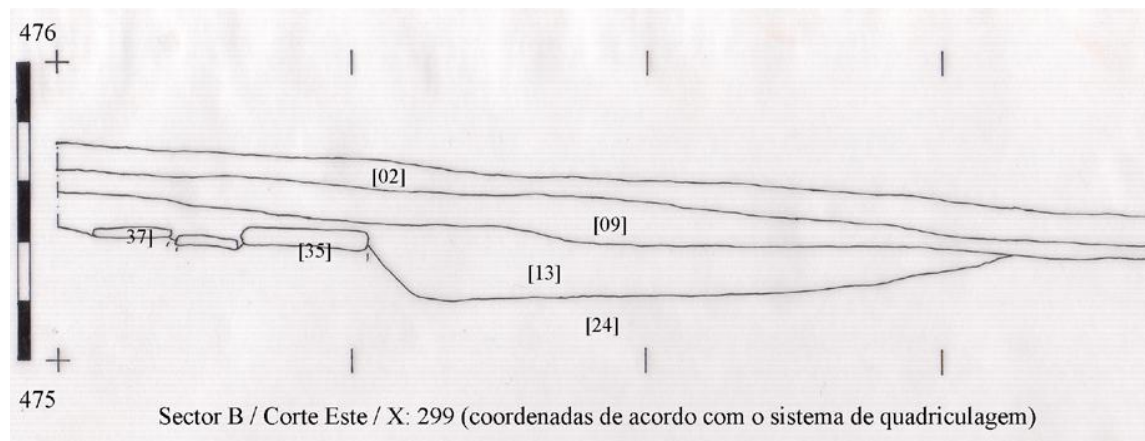


Figura 6 – Corte esquemático do Sector B. A escala mede um metro.



Figura 7 – Sector B: parede e soleira de orientação Oeste-Este com possível pavimento a Norte (à esquerda)

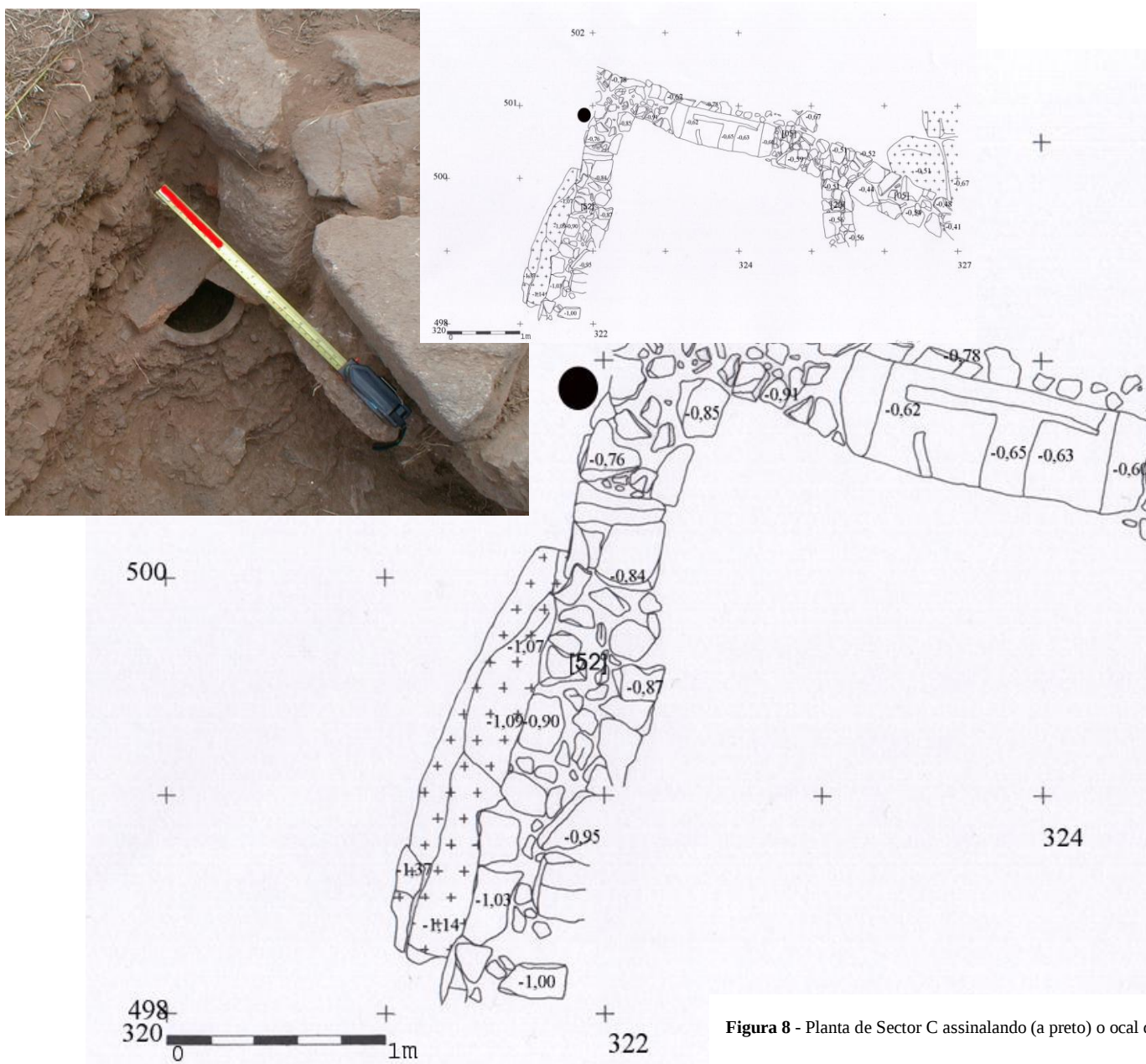


Figura 8 - Planta de Sector C assinalando (a preto) o ocal

Figura 8 - Planta de Sector C assinalando (a preto) o local de recolha do recipiente inteiro (ver foto)